

PORTUGAL democrático

REDAÇÃO: Rua Conselheiro Furtado, 191, sala 2 — Telefone: 37-0933 — SÃO PAULO
ANO II — N.º 15 — SÃO PAULO, 7 DE JULHO DE 1958 — CR\$ 3,00

Mensagem de Portugal ao general Craveiro Lopes

Transcrevemos a seguir a mensagem enviada ao general Craveiro Lopes por algumas centenas de portugueses que reflecte bem o espírito de revolta, de justa revolta, que anima o povo português. Não cre "Portugal Democrático" que este notável documento influencia diretamente o curso dos acontecimentos em Portugal pois, se o presidente que agora termina seu mandato não soube assumir na altura precisa a atitude enérgica e digna que se impunha, também é evidente que se negará a levar em linha de conta argumentos tão convincentes e válidos. No entanto, a mensagem que bem pode dizer-se foi assinada por Portugal inteiro ficará para a História como mais um grito de desassombro contra a ditadura odiosa e mais um arrancar de máscara da farsa eleitoral.

Senhor Presidente da República. Excelência: A Vossa Excelência, como supremo magistrado da República e à Nação que representa, nos dirigimos para denunciar o sentimento público de vexame, indignação e repulsa pelo que acaba de passar-se durante as chamadas eleições, em Portugal e nas províncias do Ultramar. Somos umas centenas de signatários, mas temos atrás de nós muitas centenas de milhares de cidadãos que protestam. O povo português, ferido na sua consciência, clama justiça pela nossa boca.

E' cedo para avaliar de todos os atentados agora cometidos pelo Poder contra o direito do sufrágio livre, mas os que chegaram já ao nosso conhecimento — e todos testemunháveis — bastam para justificar a nossa acusação.

Senhor Presidente: as eleições que, a 8 do corrente, se realizaram no País para escolher o futuro Presidente da República, foram, desde a sua origem, na formação dos cadernos eleitorais e nos prazos concedidos para a propaganda, organização das comissões de candidatura e, mais que tudo, impressão e distribuição das listas, uma farsa indecorosa: na realização do acto eleitoral, um acervo de contradições, arbitrariedades e violências; na distribuição geográfica e fundamentação social dos resultados da operação, um absurdo, que só por si denuncia um estudado processo de violação; e na sua totalidade, desde o começo até ao fim, uma espécie de assalto na via pública, que afronta o país e o desqualifica perante as nações civilizadas.

Eis o que, Senhor Presidente, nos propomos provar:

Começemos pela distribuição geográfica e social. O Senhor General Humberto Delgado venceu em alguns grandes centros urbanos, como por exemplo no concelho de Santarém e em grande parte do seu distrito; em Luanda, Lobito, Benguela e em Sá da Bandeira, na província de Angola; venceu em Manica e Sofala, na Beira, em Tete, Quelimane, Nam-pula, Inhambene e na cidade de Moçambique, todas na província deste nome.

Em compensação, perdeu em Lisboa e Porto, cidades em que dominam uma burguesia e um proletariado, ambos de velha e arraigada tradição liberal. Perdeu em Lisboa, mas ganhou nos arredores, como por exemplo em Sintra, em Queluz e em Loures, em Vila Franca de Xira, e na Póvoa de Santa Iria. Perdeu no Porto, mas ganhou em Espinho e em Vila Nova de Gaia, suburbio de que é apenas separado por uma

ponte. Ganhou em Vila Nova de Gaia por um numero de votos semelhante aos que teve no Porto, capital da democracia em Portugal! Perdeu em Viana do Castelo, mas venceu num grande numero de vilas e aldeias do distrito, como Caminha, Vila Nova de Cerveira, Valença, Afife, Carreço, Areosa, Vila Fria, Darque e Freixeira de Soutelo, quase todas de base estritamente rural.

A oposição perdeu também nos arquipélagos da Madeira e dos Açores, na maioria de cujas ilhas não houve um unico voto a favor do Senhor General Humberto Delgado, sendo que em muitas freguesias o numero de votantes foi igual ao dos eleitores — o que está desde logo denunciando a descarga pura e simples, em lugar da votação pessoal e directa. Este fenomeno repetiu-se, aliás, em muitas freguesias rurais da metrópole.

Como explicar tamanhas divergencias, que só por si representam um absurdo, em oposição violenta com as bases demograficas e sociais do sufrágio?

Começemos por Santarém. Quando, em 2 do corrente, se realizou em Tomar uma sessão de propaganda a favor da candidatura do Senhor General Humberto Delgado, dois oradores, os Srs. Drs. Antunes da Silva, de Tomar, e Ginestal Machado, de Santarém, não pouparam louvores ao Sr. Governador Civil do Distrito, de quem afirmaram que estava concedendo à Oposição as mesmas regalias que ao candidato do governo. (Perdoe-nos a honrada autoridade esta denuncia!) Mercê deste fato singularissimo no País, foi possível no distrito de Santarém como caso impar, copiar na íntegra os cadernos eleitorais e exercer durante o apuramento uma fiscalização relativa. Resultado do unico, correspondente a um caso unico na metrópole: no concelho de Santarém e num grande numero de concelhos do distrito, a Oposição ganhou. Dos restantes distritos do País chegou à Comissão de candidatura do General Humberto Delgado um coro indignado de queixas e protestos. Mas, onde, como por exemplo, em várias freguesias do distrito de Viana do Castelo, designadamente em Valença, ou do concelho de Vila Nova de Gaia, houve fiscalização, a balança das listas inclinou-se a favor do candidato da Oposição.

Como explicar, por sua vez, o triunfo do Sr. General Humberto Delgado num grande numero de cidades e Vilas das províncias de Angola e Moçambique, a começar pela capital da primeira, Luanda? A primeira explicação é esta: longe, muito longe do poder central e da complexa e pesada máquina de romper, oprimir e defraudar, montada pelo Poder, o cidadão pode exercer com mais liberdade e dignidade o seu direito de voto.

Perdeu a Oposição, por exemplo, em Lisboa, Porto e Viana. Será que o povo destas cidades, e em particular da segunda, estandarte e exemplo das lutas pela liberdade em Portugal, tenha menos educação cívica ou se mostre mais inclinado à ditadura que o de Santarém e Luanda?

Eis um contra-senso gritante, mas de fácil compreensão. As mesmas causas que explicam o êxito, quando voltadas do avesso pelo Poder, justificam a derrota. O funcionamento, como iremos

ver, da máquina opressora e fraudadora nas grandes cidades, por meio de todos os processos de mistificação e arbitrariedade — eis o segredo do contraste.

Começemos pela organização dos cadernos eleitorais. De muitos distritos do País, desde Viana do Castelo até ao de Faro, choveram nas Comissões da candidatura do General Humberto Delgado as queixas contra a eliminação daqueles cadernos de muitos dos cidadãos mais qualificados como eleitores. No Porto esses fatos assumiram a importância duma autentica e radical amputação. Pode afirmar-se que, pela simples suspeita do seu liberalismo, milhares de cidadãos foram privados de sufrágio em todo o País.

Quanto à impressão de listas e às possibilidades da sua distribuição em tempo util, a correção dos responsáveis do governo não foi maior. Uma boa parte do País, das ilhas adjacentes e das províncias ultramarinas, ficou privada de listas, antes de mais nada pela impossibilidade de as imprimir e distribuir no pequeno espaço de tempo que o governo concedeu às atividades eleitorais; em segundo lugar, pelas dificuldades que as autoridades opuseram à sua distribuição, não excluindo o roubo de muitos milhares de listas. Assim, por exemplo, no Funchal, conforme noticias da respectiva comissão distrital, as listas chegaram no dia 7, cerca das 8 horas da manhã, mas tais dificuldades foram postas à sua entrega pela alfândega, que exigiu, inclusivamente, pagamento de direitos — impostos a mercadoria — que os pacotes respectivos só puderam ser retirados cerca das 3 da tarde, o que impossibilitou a sua distribuição na ilha em tempo util e a dificultou na própria capital. E quando assim foi na Madeira, pode imaginar-se o que sucedeu nos Açores.

(Continua na 8.ª página)

Nas vésperas das eleições praticaram-se em todo o País muitas prisões para intimidar o eleitorado, incluindo a de muitos membros mais destacados das comissões do candidato Senhor General Humberto Delgado, com o fim, neste caso, de desorganizar os trabalhos preparatórios do acto eleitoral. Foi-se até ao ponto de ordenar a prisão do Presidente da Comissão Nacional, Professor Vieira de Almeida, septuagenário, honra da cátedra portuguesa e cidadão exemplarissimo. O New York Times, de 10 do corrente, denuncia com indignação este fato.

E enquanto os membros do governo, contra a mais elementar ética politica, falavam em comícios a favor do Senhor Almirante Américo Tomás, as sessões de propaganda contrárias eram impedidas, como sucedeu em Braga, Caldas da Rainha e Beja, por mera arbitrariedade do Poder, impedimentos agravados pela Censura, que amputou truncou e suprimiu artigos, entrevistas, discursos e comunicados das comissões da Oposição. Isto pelo que diz respeito ao recenseamento e propaganda.

Por sua vez o acto eleitoral, propriamente dito, decorreu no País e quase sempre sob o signo da violência, táctica ou declarada, das autoridades; dos impedimentos postos à fiscalização, e do apuramento secreto, com anula-

ção de listas por motivos irrisórios. Contra os preceitos da lei que manda que nenhuma individuo permaneça armado nas assembleias eleitorais e que a força publica não se apresente no local onde se reúnem as assembleias de voto ou na sua proximidade, demarcada por um raio de cem metros, muitas secções de apuramento, nas grandes cidades, como Lisboa e Porto, foram ocupadas por agentes da P.I.D.E. e legionários, com o propósito de exercer pressão sobre os eleitores. Assim, e por exemplo em Coimbra, na freguesia de S. Bartolomeu, foi preso o advogado Senhor Alberto Vilaça, quando pretendia, ordinarmente, assistir ao acto eleitoral. Em Setubal, nas freguesias de Santa Maria e da Anunciada, vários eleitores foram abordados por agentes da P.I.D.E. e intimados a retirarem-se imediatamente sob pena de prisão, sendo um deles levado para fora e ameaçado de violências. Por via de regra, os eleitores não puderam assistir ao apuramento e foram obrigados a permanecer, sob coacção, a grande distancia da mesa dos trabalhos. Em muitos casos as urnas não foram previamente patenteadas ao publico; noutros eram

O Natal do Preso Politico

Em Portugal e no estrangeiro, onde quer que viva um português, comenta-se ainda interessadamente a explosão de esperança com que foi apolada pelo nosso Povo a candidatura do sr. general Humberto Delgado á presidência da República. Todos verificamos que, uma vez mais, toda a esperança foi iludida por Salazar e pelos seus acólitos da P.I.D.E.

Foi porventura no Brasil que a nova farsa salazarista mais abertamente veio a ser denunciada pelos órgãos da imprensa livre e democrática que não quiseram vender-se aos milhões oferecidos pela chamada «união nacional». Os jornais brasileiros não mentiram são mais do que nunca credores da eterna gratidão, do Povo Português, que há 32 anos luta pela sua libertação.

A prova da magnífica e honesta elucidação que esses jornais deram ao Brasil dos últimos acontecimentos em Portugal está na carta admirável que acaba de chegar à nossa redacção e que reproduzimos parcialmente, ao mesmo tempo que para ela chamamos a melhor atenção de todos os nossos leitores:

«Sou um modesto trabalhador — escreve o nosso correspondente — que há meia dúzia de anos abandonou Portugal para se fixar no Brasil, na esperança de conseguir uma vida material decente para si e para os seus. Nunca tive quaisquer actividades politicas, por comodismo ou as vezes por medo. E, até hoje, pensando apenas no bem-estar material da minha familia, sempre mantive a mais completa passividade, relativamente ao regime de Salazar.

«Porém, os factos registados no decorrer da última «campanha eleitoral» no nosso País e os «resultados» que a «União Nacional» anunciou ao mundo, indignaram-me profundamente. A leitura de sapaxionada de diversos jornais paulistas, entre os quais «O Estado» e as «Folhas», só veio confirmar as cartas pessimistas que nos últimos tempos recebera de Portugal, enviadas por pessoas de familia e por antigos colegas de trabalho — todos «apolíticos», devo declará-lo, pelo menos até há poucas semanas. Os 75% dos votos que o regime salazarista diz ter obtido representam a mais infame de todas as farsas eleitorais.

«Abstenho-me de classificar tais arbitrariedades. Pela primeira vez, sinto-me totalmente solidário com todos aqueles

que se revoltaram contra a tirania. E se lamento que o Povo Português continue a ser pisado pelo «tação fascista», o meu primeiro pensamento vai para quantos estão a ser martirizados nas prisões salazaristas e para as suas familias, que sofrem por que os seus parentes tiveram a coragem de gritar que queriam continuar a ser Homens. Aproveitando a feliz circunstancia de se publicar em São Paulo o jornal «Portugal Democrático» — que confesso só ter começado a ler a partir do seu último numero — sugiro que nas suas colunas se lance um apelo com vista à constituição de um «comité» que possa reunir fundos entre os portugueses residentes no Brasil, para que os mesmos sejam remetidos, pelas vias legais, às familias dos prisioneiros politicos portugueses.

«Creio que não haveria melhor oportunidade do que esta para afirmarmos a nossa solidariedade para com aqueles que, expellados da sua liberdade, ficaram privados de angariar o sustento de suas familias. Se a minha sugestão for válida, aqui a ofereço ao «Portugal Democrático», ao mesmo tempo que junto, como primeira oferta, a quantia de 100 cruzeiros. Quanto à maneira prática de tornar viável a proposta, deixo-a ao

cuidado dos orientadores de «Portugal Democrático».

O director e a «Comissão de redacção deste jornal não podem deixar de acolher com viva satisfação a ideia deste português anónimo. Dado, porém, que «Portugal Democrático» não dispõe dos meios necessários para a sua realização, vamos solicitar a alguns dos nossos amigos que se constituam em comissão, afim de se levar por diante o projecto do «Natal do Prisioneiro Politico Português». No próximo numero, esperamos anunciar as entidades que orientarão aquela comissão,

O GENERAL DELGADO NO BRASIL

E' desnecessário encarecer o significado do convite formulado pelo Centro Portugues Republicano de S. Paulo, junto do gen. Humberto Delgado no sentido de esta alta personalidade portuguesa se deslocar ao Brasil. Assim também o compreendeu o general Delgado, ao aceitar sem hesitação, o convite. A sua vinda depende apenas, agora, da autorização superior, que necessita como militar e da policia politica portuguesa. Aguardemos.

Aos Leitores

PORTUGAL DEMOCRATICO comunica a todos os amigos que, a partir deste numero, os nossos serviços de redacção e de administração se acham instalados na Rua Conselheiro Furtado n.º 191, sala 2, telefone 37-0933 onde todas as noites os democratas portugueses de São Paulo encontrarão uma sala à sua disposição.

E agora?

Terminou a festa eleitoral. Seria, talvez, mais apropriado dizer que desceu o pano sobre mais um acto do drama politico português. Um acto doloroso, este que se representou a 8 de junho. E agora? Em que nivel continuará a representação?

Tudo indica que a situação atingiu o paroxismo. Salazar compreendeu-o bem e, tentando extrair a lição dos acontecimentos, já anunciou que pretende modificar o sistema eleitoral vigente, retirando assim à nação a última possibilidade legal de derrubar o regime. E o movimento de opinião que galvanizou as energias nacionais em torno do general Humberto Delgado? Poderão ficar apáticas como antes de 8 de junho, essas duzentas mil pessoas que aclamaram delirantemente o candidato da Oposição nas ruas do Porto, essas dezenas de feridos de Lisboa, essas centenas de milhares de democratas que, arrastando os rigores da poderosa máquina repressiva do regime ousaram manifestar nas urnas a sua vontade de acabar com o escândalo que é o salazarismo? Poderá toda essa parte saudável da nação, agora que mediu a sua força, agora que tomou consciencia do que vale, ficar de braços cruzados, esperando que o fascismo se reforme ainda mais, aceitando que o salazarismo lhe corte as últimas liberdades, já tão precárias?

Todas as notícias que recebemos de Portugal dão conta da fortaleza de animo com que os democratas enfrentam a nova situação: as prisões estão cheias, mas há sempre quem continue a luta, as greves são selvaticamente reprimidas, mas há milhares de camponeses e operários que, de braços caídos, exprimem o que pensam do regime. O general Humberto Delgado continua a protestar contra as fraudes que viciaram as últimas eleições. A sua figura, que conseguiu congregar num movimento de uma amplitude única, toda a oposição portuguesa, deve continuar representando o simbolo dessa unidade tão duramente conseguida. Que os portugueses democratas tirem também a sua lição deste 8 de junho: a primeira vez, nos últimos trinta e dois anos, que reuniram as suas forças, que esqueceram o que os divide para pensarem apenas naquilo que os une, conseguiram abalar até aos alicerces a estrutura desse edificio aparentemente tão sólido. Alguem poderá duvidar que, se essa união se mantiver, o edificio será finalmente derrubado?



UM ANIVERSARIO COMEMORADO ENTRE FAMILIARES...

(do nosso correspondente em Lisboa)

O calendário anunciou o 28 de Maio...

Há trinta e dois anos — trinta e dois anos longos, arrastados, desesperantes — nasceu em Braga o movimento desencadeado pela burguesia plutocrata que levaria para o poder os seus representantes e iria conservar durante estes três decênios a Nação adormecida, embalada, de início por miríficas promessas e, depois, votada a essa passividade, a essa tendência para o conformismo que Oliveira Martins, o grande historiador da terra lusa, diagnosticou no seu incomparável «Portugal Contemporâneo». Apenas nesse lúcido diagnóstico um elemento faltou: a possibilidade de um povo, humilhado até à exasperação, reagir, acordar do sono letárgico, erguer-se transbordante de entusiasmo, de novas forças, como que temperado pelo longo repouso.

Pela primeira vez, na história do regime, o 28 de Maio deve ter sido comemorado em família. Na mesa redonda, diante do prato comum abarrotado de vitualhas, os situacionistas fizeram, sem apêndice, trémulos e discretos brinde, cujo eco não chegou ao exterior.

Ao contrário do que muitos previam, a cidade amanheceu calma. Os jornais, apregoados nas praças por estes ágeis «ardinas» que são um cartaz de Lisboa, traziam manchetes nas primeiras páginas anunciando a decisão de De Gaulle de tomar conta do poder. A maioria da imprensa portuguesa, submetida aos ditames situacionistas, tem pregado indiscretamente a sua apologia de um regime de força em França e a Censura colabora abertamente nesse ponto de vista que, por reflexo, pretende atingir a propaganda oposicionista. O jornal «O Século» botava fundo sobre o aniversário do 28 de Maio e, a propósito, não deixava de dizer: «Existem liberdades que estariam bem há 30 ou 40 anos e que hoje requerem condicionamento sob pena de, a não se proceder dessa forma, trazerem prejuízos irreparáveis. Pense-se no direito à greve nos Estados Unidos e noutros países: que malefícios que se verificam sempre que se dão greves de largas proporções? E a prosa prossegue neste tom, condenando o liberalismo e o direito dos indivíduos reivindicarem uma atitude que os liberte da exploração. Em Portugal, a greve é ilegal, sim, e isso custa ao operariado agrícola e industrial verem o seu rendimento médio diário como um dos mais baixos do mundo: 17 e 23 escudos, respectivamente.

E a cidade está calma, dizem...

As portas das esquadras da P.S.P., estacionam os caminhões de transporte. Lá dentro, a Polícia, de carabina e cartucheiras, aguarda uma voz de comando ao mínimo sinal de rebelião. Os carros-patrolhas percorrem a cidade em todos os sentidos, atentos ao menor ajuntamento. O ar é sufocante, não do calor desta primavera, mas de tensão, de angústia, de desespero. Os quartéis estão de prevenção e a soldadesca estende-se ao sol, gozando o feriado. Encafado no seu reduto, o dr. Salazar espera notícias. Advinhámos as informações que lhe são transmitidas de hora a hora. Há calma, mas o Governo está nervoso, temendo o seu descrédito no estrangeiro, com a eclosão de outro motim. Os plutocratas da Situação, enriquecidos pelo regime, procuram um pretexto para sair do país e vão passar curtas férias à Suíça; os que têm casa de campo, ali se refugiam numa paz virgiliana, esquecendo o nervosismo das noites lisboetas em que pela primeira vez desde há trinta anos se ouviu o silvar das balas e o casquinar das metralhadoras. Ali esqueceram essas duas gloriosas noites em que, espreitando atrás das cortinas dos seus palacetes «ladinos», viram o povo enfrentar as hostes armadas da polícia e erguer a sua voz indignada. E nessa noite, pela primeira vez, não se esqueceram que tremaram e o corpo revolveu-se lhes na insônia angustiada de um amanhã improvável. Mas

os tanques, a cavalaria velavam pelo seu descanso...

AS ARMAS GUARDAM O «BERÇO DA REVOLUÇÃO»

As comemorações do 28 de Maio foram circunscritas a Braga — anunciaram os jornais. E desde manhã cedo a cidade nortenha viu entrar, pelos seus muros, hostes armadas dessa ridícula e ridicularizada tropa, reminiscência das «camisas negras», que se chama Legião Portuguesa. Eram quatro mil, com o seu passo trocado, o seu ar triste de carneiros, levando ao ombro escopetas quase oriundas da Guerra Peninsular, de balonetas escalavradas, passeando a sua miséria marcial pelas ruas do burgo.

Por razões que ainda ignoramos, mas adivinhámos, os serviços de candidatura ao general Humberto Delgado em Braga telefonaram-lhe pedindo que adiasse a sua visita àquela cidade, marcada para a data «revolucionária». Haveria uma ostentosa parada militar, impante de força, para atomizar os ânimos e evitar que, na «terra santa» do regime, «a cidade dos arcebispos», o povo viesse em ondas sucessivas gritar para a rua o nome do candidato independente. O Governo Civil de Braga fizera publicar, dois dias antes, uma nota oficiosa em que afirmava que seriam severamente reprimidas todas e quaisquer manifestações, e que terminava com estas palavras:

Recomenda-se, como manifestação pacífica e ordeira desta cidade e distrito de Braga a conveniência em evitar aglomerações, que não permitam aos agentes da autoridade, encarregados de velar pela segurança coletiva, distinguir o cidadão disciplinado e pacífico do elemento pernicioso, cuja ação é perturbar o ambiente geral de concordia e paz que Braga tem usufruído. Ambiente de concordia e paz feito à força, forjado para a ocasião, afim de não perturbar as manifestações preparadas com a presença do Ministro Santos Costa. Porque os situacionistas poderiam hoje montar, por toda a cidade, os altifalantes da sua propaganda e pôr a tropa a funcionar como cartaz do Estado Novo. Arregimentam-se camponeses nas povoações do distrito e, metidos em caminhões, a 2\$50 por cabeça, com almoçada paga pelo erário público, enfiaram-lhes nas mãos ingenuas e calejadas uma bandeira de papel. Mas as manifestações resultou morna e adormida, nem uma colgadura, nem um ar de festa se via nas casas. Foi a Situação quem, na verdade, fez a festa e deitou os foguetes. Lançou a bênção o Primaz das Espanhas e Santos Costa benzeuse na missa campal. Sem comentários, transcrevemos ainda de «O Século», «Ao Evangelho», o prelado fez uma prática, Narrando do tema o capítulo III do Evangelho de S. Luiz: — «E nós que faremos?» — pergunta de alguns soldados e legionários de Israel a S. João Baptista que lhes teria respondido: «coloca acima de tudo a glória de Deus e os interesses espirituais das vossas almas, não exerceis violências para com ninguém; defendei os interesses comuns; obedecíeis às ordens dos vossos chefes; sede corajosos nas conjunturas difíceis da vossa vida; guiá-vos sempre pelos princípios luminosos da verdade e da justiça».

Entretanto, o general Humberto Delgado também percorria o Norte. Sobre a sua cabeça, desciam nuvens de pétalas e flores, lançadas pelas mulheres portuguesas.

O candidato independente continua a ser o lugar geométrico para onde converge este povo ansioso de liberdade. No cortejo triunfal, que não conta com deslumbrantes paradas de lindos uniformes e canhões reluzentes que impressionem, há, contudo, tudo aquilo que os homens do Estado Novo mais desejariam ter tido em Braga: o calor de uma multidão, os rostos onde brilham já grimas de alegria, a emoção, os braços que se erguem numa saudação espontânea, a vibração que agita o ar.

A província de Trás-os-Montes foi percorrida triun-

falmente por Humberto Delgado. Fora das cidades, o povo corria à estrada para o arrancar do automóvel, levá-lo em triunfo. Havia gente que lhe vinha beijar as mãos. Em Braga e noutras grandes localidades, a sua visita provocou ajuntamentos tais que nem a polícia local ousou intervir, apesar das ordens severas que nesse sentido tinham recebido de Lisboa.

A «LEALDADE SITUACIONISTA»

A técnica da União Nacional, desde que se registaram as primeiras manifestações, tem sido fazer a vida amarga aos dois candidatos oposicionistas. Comícios de propaganda proibidos, a Censura posta ao seu serviço para reduzir a nada os comunicados da Oposição, provocações de toda a ordem como a que há dias se registou em Braga, quando um comando fascista assaltou, sob o olhar indiferente da Polícia, os serviços de candidatura de Humberto Delgado naquela cidade. Houve que recorrer à tropa para expulsar os assaltantes. Em Lisboa e na estrada até ao Porto, proxenetes da União Nacional escrevem a alcatrão nos muros dísticos obscuros e insultuosos. São as tropas da Legião Portuguesa que, vestidos à paisana, se entregam à prática desse edificante método propagandístico. Por outro lado, a U.N. faz imprimir e distribuir em escritórios, repartições públicas e outros organismos, versos achincalhantes atacando o general Delgado e apodando-o de «general Coca-Cola».

Bem prega Frei Tomás a sua moral...

UM MAU EMBAIXADOR DA CULTURA PORTUGUESA

O nível intelectual do salazarismo, que sempre foi baixo, encontra-se ainda em nítido e flagrante declínio. Os portugueses residentes no Brasil têm maneira de aquilatar directamente desta decadência pela qualidade dos representantes que o Estado Novo envia para cá. Com o último em data, professor de Coimbra, mandado para a Faculdade de Filosofia de São Paulo, o nível dessa representação atingiu o grau zero da escala. A figura triste que este caixeiro viajante do Estado Novo tem feito no Brasil envergonha todos os portugueses, e mesmo os defensores do regime manifestam em voz baixa o seu constrangimento perante o ruído e excessivo zelo que ele manifesta na defesa do salazarismo.

A nós, anti-salazaristas, cabe-nos ir mais longe: assim, num gesto de defesa da dignidade da nossa cultura recordamos aos nossos amigos brasileiros que os gestos do sr. Torcato de Sousa Soares, Professor Extraordinário da Faculdade de Letras de Coimbra, não representam nem envolvem a mínima parcela da intelectualidade portuguesa. Que não se confunda, pois, o proselitismo desordenado e ridículo do professor Soares, que bom proveito trará certamente à sua carreira em Coimbra, enquanto o fascismo durar, com a seriedade e o equilíbrio da Universidade portuguesa. Esta, apesar de todos os golpes que o salazarismo lhe vibrou, ainda está, felizmente, bem acima do nível deste enviado especial da propaganda do Estado Novo.

E CRAVEIRO?

Em que situação ficará o Presidente Craveiro Lopes depois da posse do seu sucessor? Corre em Lisboa (e nestes rumores há sempre qualquer verdade) que no dia 10 de junho o Presidente se recusou a receber Salazar e os Ministros. Esta veleidade de independência, em desacordo completo com as anteriores atitudes de S. Exa., é mais uma prova da desagregação que o despertar da consciência nacional veio provocar no regime de Salazar.

Portugal Democrático

Redação
Rua Conselheiro Furtado, 191 — Sala 2, — Telefone 35-7778. — Caixa Postal 5294 São Paulo Brasil

Diretor-Responsável: Ovídio Martins de Moura

EXPEDIENTE

D'as jteis: das 9 às 18 horas.

Sabado: das 9 às 12 horas.

Este jornal aceita toda e qualquer colaboração que vise servir o «Portugal Democrático» com verdade e independência. Não dispõe de qualquer subsídio. Sua vida depende de todos os democratas portugueses que desejam vigore em Portugal um regime verdadeiramente democrático. A forma mais imediata de o ajudar, consiste em subscrever uma contribuição mensal, além duma assinatura anual.

Assin. anual ... 30,00
Assin. especial ... 100,00
Número avulso 3,00

Centro Republicano Português

Um grupo de portugueses e antigos associados teve a feliz iniciativa de reorganizar o Centro Republicano Português, tradicional agremiação cujo funcionamento havia sido interrompido em 1944.

Essa iniciativa, de cujo êxito não mais pode duvidar-se, tem um alcance altamente significativo no seio da colônia portuguesa de São Paulo, que tanto se ressentia da ausência de uma Sociedade de caráter cultural e recreativo, livre de influências estranhas, que noutras sociedades se tem exercido de maneira a desvirtuar as finalidades para que foram fundadas.

Logo no início da nova fase de sua existência, o Centro Republicano Português inaugurou as suas atividades com a realização em sua sede de duas magníficas conferências, que contaram com a presença de figuras das mais representativas da intelectualidade portuguesa de S. Paulo.

Pelo conhecimento que temos da capacidade e do alto espírito associativo dos homens que integram os seus órgãos diretivos, alimentamos a certeza de que o Centro Republicano Português se encaminha para uma fase de magníficas realizações no campo cultural e recreativo, de forma a atender aos anseios dos portugueses que tanto reclamavam uma Sociedade Portuguesa independente e capaz de quebrar a monotonia que caracteriza a vida associativa portuguesa de S. Paulo, cuja grandeza se tem situado somente no campo da beneficência.

A vinda de Humberto Delgado ao Brasil

Conforme anunciamos na 1.ª página, o Centro Republicano Português convidou o General Humberto Delgado a deslocar-se ao Brasil, a fim de pronunciar uma série de conferências por ocasião das comemorações do 5 de Outubro.

Portugal Democrático, apoiando calorosamente esta iniciativa, abre uma subscrição entre os seus leitores, a fim de ajudar a angariar fundos para custear a viagem do Senhor General. Precisamos do auxílio de todos os democratas. As contribuições poderão ser enviadas para o nosso Jornal — Rua Conselheiro Furtado, 191 Sala 2 — sob a epigrafe Visão do General Humberto Delgado ao Brasil. Todos os contribuintes receberão, na volta do correio, o respectivo recibo.

QUEM VIVE? SALAZAR

Estamos a vê-lo. S. Exa. le-
vanta lentamente a primeira
folha de papel e aproxima
o rosto dos microfones. Es-
cutam-no os apaniguados da
U. N. na sala do Largo Trin-
dade Coelho, e a sua palavra
será radiodifundida por todas
as estações emissoras portu-
guesas. Princípiá a falar. Es-
tá calmo, sereno, grave como
sempre. A sua voz, ligeira-
mente roufenha, não mudou.
Há 32 anos que torna pro-
positadamente raros os seus
discursos, de forma a trans-
formá-los em «pedras angula-
res» da História Contem-
porânea. Sablamente só faiz
de longe em longe. O que
pensa Salazar? Como estará
Salazar? Que deseja Salazar?
Esboçam-se controvérsias du-
rante os seus longos períodos
de silêncio. Até que um dia...

Numa coisa jamais mudou
s. exa., muito embora várias
pessoas ingenuas tenham pen-
sado o contrário. Nunca dei-
xou de defender os seus cor-
religionários, nunca deixou de
pensar que o povo estava
com ele. Em ocasião alguma
deixou de intitular-se com o
galardão mais alto que a sua
consciência admite: o de um
homem honesto, piedoso, es-
clarecido ao serviço da nação.
Em ocasião alguma pensou
sequer na hipótese de existir
outra fórmula de governo que
não fosse a sua. Nunca aban-
donou Santos Costa.

Pois s. exa., nessa tarde de
30 de junho, discursou. Que
pensava Salazar? Como esta-
va Salazar? Que desejava
Salazar?

Pensa que tudo continua-
rá na mesma. Exatamente co-
mo até agora. «O regime
atual é de todas as experien-
cias políticas dos últimos 30
anos, o único que, sem du-
vida, melhor se ajusta ao
nosso temperamento, que as-
segurou o maior período de
tranquilidade e de paz pública
e que maiores benefícios
trouxo ao povo». E continuou,
referindo-se à eficácia do Es-
tado Novo: «E talvez preciso
renová-la em seus metodos e,
se necessário, em suas pes-
soas e prossegua-la». Tudo isto
espreitando, por vêzes, por
cima dos óculos finos de aro
esbranquiado, a platéia que
se estendia a seus pés. Há
muito já que a conhece. Mas
nem por encontrar sempre,
na sua frente, as mesmas
caras, esmorece na convicção
do tom ou dúvida da validade
das suas palavras. Pelo con-
trário dir-se-ia que o dr. Sa-
lazar teria pena de enfrentar
um publico rejuvenescido. Li-
mita-se — segundo tudo apa-
renta — a desejar que ne-
hum dos «antigos» falte à
chamada. E na realidade eles
não faltam. Estão lá todos.
Sem confusões nem alaridos
(como na missa), sentam-se
em lugares que a tradição
conserva de há muito, para
cada um. Eu aqui. Tu ali. Ele
ali.

Mas a vida não para e s.
exa. também não. Depois de
um virar de página cujo eco
repercutiu através dos micro-
fones, continua. Fala agora
sobre a campanha eleitoral
do candidato da oposição ge-
neral Humberto Delgado, que
se queixara de que ela não
tinha sido livre. «Ninguém
pode dizer que as liberdades
concedidas durante a cam-
panha eleitoral foram escassas.
Elas existiram a tal ponto
que a ordem esteve ameaça-
da» — afirmou s. exa. Sim,
que liberdades poderiam que-
rer mais os oposicionistas?
A resposta não existe, por
absurda, no seu espírito. De-
sejariam, porventura, corte-

jos triunfais pelas ruas da
cidade, aclamações frenéticas
ao seu candidato, comícios
gigantescos, risos, lágrimas,
comunhão sentimental? Mas
não compreendem então esses
pobres de espírito que assim
poderiam ficar à mercê da
primeira propaganda demagó-
gica? Do primeiro (e quase
sempre importante...) arre-
bamento? De um gesto de
que mais tarde se arrepen-
dessem com amargura? Não
compreendem isso? Feliz-
mente que ele vela pelos seus
filhos. A queda, essa, evita-
la-á. Empregará todas as
suas forças físicas e aními-
cas até a exaustão, em de-
fesa do regime. E mais. Do
corporativismo também. Sim
porque... «O liberalismo
morreu. Se a empresa pri-
vada e o operário querem
manter-se livres, devem re-
cusar o socialismo e o comu-
nismo».

Resta portanto ele. Só ele
e o corporativismo. A não
ser que... e olhando nova-
mente, por cima dos óculos
finos de aro esbranquiado,
encara as «quatrocentas pes-
soas» e afirma convictamente
que é um pouco refratário
às mudanças de governo, mas
que, por outro lado, é tam-
bém «um homem sempre
pronto a ir-se embora; não
sem tristeza mas sem desil-
usão». Nesse momento do
discurso as «quatrocentas
pessoas» acenam negativamente com a cabeça e trinta
chegam mesmo a gritar:
«Não. Não. Não». S. exa. sorri
descansado. Não ficará desil-
ludido. Tem o povo com ele.
Estamos a vê-lo.

Por fim, depois de afirmar
que nunca mais se realiza-
rão eleições em Portugal do
tipo das que agora aconte-
ceram — desordenadas, pri-
mitivas, horríveis — aborda
o problema das greves, falan-
do ao coração dos operários,
como seu líder espiritual —
que nunca os abandonou. Diz
textualmente: «Devo lembrar-
vos que a greve é considera-
da entre nós como um crime.
Não podemos permitir que
algo que está acabado, pro-
cure prolongar-se. E acres-
centa, depois de uma pausa
criadora de um belo e jus-
tificado efeito dramático —
«Se persistirem, o governo
será obrigado a usar da vio-
lência».

Com que magoa não terá
proferido estas palavras!
Quantas confissões patéticas
e apêlos angustiosos não se-
rá obrigado a fazer — se os
seus filhos não acatarem as
palavras ponderadas — em
frente da imagem do Cristo
Cruificado que possui na ca-
pela privativa do Palácio de
São Bento!

Mas s. exa. revela mais
uma vez a força do seu ani-
mo. Torna-se martir e herói,
ao mesmo tempo, quando le-
vanta a cabeça e pousando
a última folha de papel con-
clui, espaçando as palavras
há muito decoradas (estamos
a vê-lo):

«Uma pequena nação como
Portugal só pode ter um go-
verno forte, guia de uma
nação unida no pensamento
que se perpetua e enriquece».

Quando acaba de proferir
a última palavra, soergue-se
muito digno. Quatrocentas
pessoas aplaudem-no, forte-
mente, de pé.

Estamos a vê-lo. Um dos
homens mais injustos, imple-
dosos, mal esclarecidos que a
nação portuguesa já possuiu.
Estamos a vê-lo. Por quanto
tempo?

VITOR CUNHA REGO

ABERTURAS DE FIRMAS
Cr\$ 1.650,00 PARA INDUSTRIAS — PARA
COMERCIANTES: Cr\$ 1.750,00 — P/ EMPREI-
TEIOS: Cr\$ 1.450,00
Com todos os impostos pagos em apenas 5 dias. Escritas
fiscais e comerciais a preços módicos. «EVEREST» —
CONT. ASS. FISCAIS S/C. Rua 15 de Novembro, 228 -
5.º andar - sala 508 - Telefone 35-5790.
Expediente à tarde. Desde 1951 sempre no mesmo local.

Provas irrefutáveis da revolta de um povo

Nenhuma destas fotografias, espelho fiel do que se verificou no Norte e no Centro do País, pôde ser reproduzida nos jornais de Lisboa. Mas os próceres da União Nacional analisaram-nas. Talvez por isso, o panico tomou-lhes conta das almas. Talvez por isso, tiveram tanto medo. Fotografias são provas indimentáveis. Não estão à mercê de artigos tendenciosos nem de vis deturpações. Foi contra elas que os homens do Largo Trindade Coelho se sentiram impotentes. Porque puderam ver com seus próprios olhos a revolta de um Povo.



Cidade do Porto. Duzentas mil pessoas aclamam o general Delgado à sua chegada de Lisboa.



Em Coimbra, os estudantes, sempre generosos e prontos a manifestarem o seu entusiasmo pelas idéias democráticas, lançam as capas negras à passagem do representante das forças da nova República. Humberto Delgado foi realmente o candidato dos portugueses de todas as idades, de todas as classes. — A vibração estudantil atemorizou um regime que, dispor do de todos os poderes durante trinta anos, não soube conquistar o coração da mocidade.



O general Delgado acena à multidão imensa da cidade invicta.



O automóvel do general Delgado perde-se no meio da muralha humana, junto à estação de São Bento, no Porto.



Para aqueles que, se esforçam por convencer os portugueses do Brasil de que Portugal está com Salazar estas fotos constituem um testemunho embaraçoso. Os embaixadores da cultura portuguesa, os mediocres que funcionam como espíões do ditador acoberto de diplomas universitários encontram nesta página o mais completo desmentido aos seus hinos ao regime e ao seu homem forte.

Portugal estava com Delgado e contra Salazar.

A mesma voz forte e corajosa que galvanizou o povo de Lisboa e Porto entusiasmará em breve os portugueses de São Paulo e o povo do Brasil.



Coimbra despovoou-se para vitoriar o candidato da oposição.

Duas cartas de Antonio José Saraiva

PORQUE?

Sr. Director: — «Portugal pode ser, se nós quisermos, uma grande e próspera Nação. São palavras de uma alta personalidade política, que ainda hoje se lêem em papéis que o tempo, um longo tempo amareleceu.

Alcançar esse objetivo foi a razão alegada para o funcionamento de um «governo forte» e para várias limitações às liberdades de palavras, de reunião, de associação, etc.

Trinta anos passaram, e durante esse tempo mudou a face do Mundo. Desfez-se o império britânico e construiu-se o poderio soviético numa região considerada há pouco mais de trinta anos a mais atrasada da Europa. Numerosas nações ascenderam à independência. Realizou-se uma nova revolução industrial. Em resumo, os últimos trinta anos operaram uma mutação e constituem na história da Humanidade um período revolucionário. O Mundo de 1925 está muito distante.

E pode dizer-se que a fisionomia do nosso país foi al-

terada durante esse tempo pelo «Governo forte» que dispôs no decorrer de todo ele de poderes latíssimos? Portugal tornou-se enfim uma «grande e próspera nação» ou vai a caminho de o ser?

É verdade que Lisboa cresceu, que de Lisboa ao Porto se vai hoje em menos tempo, que há mais estradas e mais aldeias electrificadas, aeroportos e estádios. Mas o homem

loidade de dois comboios e não o caminho percorrido por um só deles. Uma nação é grande e próspera não em absoluto mas em relação ao Mundo onde se situa. E se o nosso País não conseguiu acompanhar o ritmo de desenvolvimento técnico e económico das nações civilizadas, é claro que se tornou mais pequeno e mais pobre. Perguntemos por outro lado: que problema havia a resolver em 1925? Convém responder desprezando os pormenores:

do externo de um reduzido grupo de produtos, na maior parte alimentícios e matérias-primas, com os quais temos de pagar os produtos fabricados, de muito maior valor, e continuamos por esse lado a ser uma nação semi-colonial, com a agravante de que a técnica moderna torna cada vez mais dispensável as nossas matérias-primas. Como outrora, a técnica agrícola é primitiva e só consente uma baixa captação de rendimento. Como outro-

perspectiva do Mercado Comum Europeu, obrigando-nos a um confronto súbito com as nações economicamente desenvolvidas da Europa, veio aparentemente, colher de surpresa os que parecia que a ignoravam, embaldos pelo sonho idílico de um Portugal eternamente rural e patriarcal.

Durante trinta anos de governo forte, o problema económico nacional, que era grave, tornou-se gravíssimo. Havia o problema político

gar que é medida de excepção a censura prévia à Imprensa, a interdição de partidos políticos, a legislação actual sobre direito de associação e de reunião, a existência de uma Polícia política, a de tribunais para delitos políticos, etc.?

Em 1949, por ocasião de eleições, o Chefe do Governo, aludindo à eventualidade da eleição do candidato presidencial da oposição, classificou-a como um «golpe de Estado constitucional». Um regime (passe a palavra) para o qual a eleição de um candidato que não seja o candidato do Governo tem este significado não pode dizer-se que tenha resolvido o problema político nacional. Se em 1925 este se punha em termos graves, põem-se hoje em termos perigosos.

E assim verifico, sr. director, que ao cabo de trinta anos os problemas nacionais foram adiados, e por isso mesmo se agravaram. E, todavia nenhum governo durante tanto tempo dispôs em Portugal de poderes tão latos; nenhum governo teve à sua disposição tantos recursos para executar o seu programa; nenhum governo teve que dar tão poucas satisfações, perder tão pouco tempo com polémicas políticas. Nenhum pôde dedicar-se tão exclusivamente a funções propriamente governativas.

Porque?
Espero voltar, sr. director, a este assunto. De V. etc. — Antonio José Saraiva.

O conhecido intelectual português com a autoridade que todos lhe reconhecem, pronuncia-se sobre a situação do nosso país, especialmente no campo da cultura.

que raciocina não pode contentar-se com aparências.

Parece bastante claro que se Portugal era em 1925 uma nação atrasada relativamente à média das nações europeias dessa época, esse atraso é hoje maior em relação à média da nossa época. O que interessa não é comparar o Portugal de hoje com o Portugal de há trinta anos, mas sim a posição relativa na assembleia das nações do Portugal de 1925 com a mesma posição do Portugal de 1958. Trata-se de comparar a ve-

ra — e talvez mais hoje — o mercado interno é insignificante e torna inviável o surto de uma indústria nacional. Como outrora, a emigração continua a ser em larga escala uma solução para os braços sem emprego.

O aumento rápido da nossa população, fenómeno característico dos países subdesenvolvidos, como muito bem o demonstrou José de Castro e o desenvolvimento técnico e económico do resto do Mundo tornaram angustiante esta situação, e a

co. Os dezesseis anos que precederam o 28 de Maio caracterizaram-se por certa instabilidade governativa e por alterações frequentes da ordem pública; os 32 anos que se lhe seguiram, pelo contrário, pela fixidez dos governos e pelo sossego nas ruas. Mas quem se atreverá a sustentar, nestes dias que correm, que o problema político nacional foi resolvido?

Quem se atreverá a considerar estável um regime que em última análise se identifica com o governo de um governo que ao fim e ao cabo tem por esteio um homem? Quem ousará dizer que está tranquilo em relação ao dia de amanhã?

Pode, por outro lado, considerar-se estável um regime que não pode viver sem o recurso a medidas de excepção? E alguém poderá ne-

ra — e talvez mais hoje — o mercado interno é insignificante e torna inviável o surto de uma indústria nacional. Como outrora, a emigração continua a ser em larga escala uma solução para os braços sem emprego.

O aumento rápido da nossa população, fenómeno característico dos países subdesenvolvidos, como muito bem o demonstrou José de Castro e o desenvolvimento técnico e económico do resto do Mundo tornaram angustiante esta situação, e a

ENQUANTO PORTUGAL SOFRE

Carta aberta ao Brasil

Miguel Urbano Rodrigues

Para alegria dos que, apesar de tudo, confiavam, e desilusão dos que julgavam o homem lusitano definitivamente despojado das virtudes que no passado o projetaram com singular relevo no palco da História, Portugal agita-se de lés-a-lés, numa incontida ansia de liberdade.

Sucedeu aquilo que, em obediência a inexoráveis leis históricas, teria de se produzir um dia. A nação significou a Salazar o seu desejo de o ver partir. Fê-lo de uma forma expressiva, por vezes dramática. A oligarquia que rodeia o «Homem Forte» respondeu como respondem todas as ditaduras em emergências semelhantes: com a força! A máscara do paternalismo desceu em toda a sua repulsiva e hedionda nudez. A hipocrisia cedeu o lugar à violência. Salazar, através de uma fraude eleitoral montada com frio desprezo pela vontade expressa pelo povo, «nomeou» o seu candidato. Um almirante abulico e docil é o novo presidente de Portugal. Mas o país perdeu o medo, o mito desfez-se para sempre. O sangue inocente que correu nas ruas dissipou os últimos terrores. O homem português, humilhado, sentindo a náusea da sua própria catadura e do ambiente que o cerca, chegou a um ponto em que prefere tudo, inclusive oferecer o peito às balas, a continuar a viver sob a bota da ditadura. A Pátria do Navegador escolheu um caminho e seguiu-o até ao fim. Esse caminho é o da Liberdade.

As elites e as massas oprimidas levantaram a cabeça e pronunciaram um não vibrante e definitivo, um não que soa como o dobre de finados do regime. Em toda a margem sul do Tejo, no Porto e em várias cidades industriais do Norte registraram-se greves, milhares de operários, sabendo o que arriscam, abandonaram o trabalho, em sinal de protesto, contra a comédia eleitoral. O País sabe que Delgado ganhou o pleito e manifesta a sua repulsa pelo Estado Corporativo como pode.

No Porto, a população deixou de comprar os jornais, revoltada contra a existência da censura. Espera-se que o movimento, essa estranha e eloquente greve, se estenda a Lisboa.

Oito entre cada dez portugueses desejam que Salazar parta. Mas a oligarquia conserva-o prisioneiro nas suas malhas. A saída do professor de Coimbra, ninguém o ignora, seria o princípio do fim.

Santos Costa tem consigo os generais e os coroneis, supõe ter nas mãos as Forças Armadas. Mas a obediência da tropa tem um limite. Esses homens vestem uma farda e não podem abrir fogo contra pessoas desarmadas sem se demitirem da sua condição de soldados e de portugueses. Durante as eleições a Polícia metralhou com total indiferença o povo e a cavalaria da Guarda Republicana carregou selvaticamente as multidões que se reuniam para aclamar Delgado. Convém, no entanto, não esquecer que, em ambas essas corporações, os quadros são cuidadosamente seleccionados e os comandos revelam uma indistincta mentalidade fascista. O Exército tem uma tradição, um passado que não deseja macular. Santos Costa sabe-o e vem evitando, cuidadosamente, os contactos entre o povo e a tropa de linha. A situação em termos de ordem e disciplina simples batalhão que desfaldasse o estandarte da revolta poderia ser o sinal da derrocada da ditadura. Na hora que passa, dificilmente qualquer unidade aceitará a missão de reprimir um levante militar. O país é um paiol prestes a explodir.

Na encruzilhada histórica em que se encontra, Portugal precisa de todos os auxílios, de todas as amizades. Essa gente de todas as condições, que protesta contra o policiamento das consciências renunciando a ler jornais, que sabe submetidos a rigorosa censura, merece ser compreendida e apoiada. O restabelecimento da liberdade de expressão acarretaria a breve trecho e queda do regime. Prova-o a forma como o país se manifestou durante o escasso mês da «campanha eleitoral» em que a censura previa foi atenuada.

Mais do que qualquer outra nação, o Brasil pode desempenhar um papel decisivo na libertação portuguesa. Tudo o que se passa neste maravilhoso país tem um eco profundo em Portugal. A imprensa brasileira foi admirável de solidariedade durante o pleito que tão hipocritamente acaba de encerrar-se. Mas isso não basta. O silêncio tão querido aos proceres governamentais lusitanos voltou a estabelecer-se. Se todas as vozes se calarem, o «caso português» entrará, novamente, na penumbra. A memória do homem é fraca e a sua receptividade para os sofrimentos alheios cada vez menor, num mundo perpetua-

mente dividido por guerras e ódios absurdos. Se não se fizer algo de positivo em favor da grei portuguesa escravizada, dentro de um ou dois anos o paternalismo salazarista surgirá outra vez ao olhos das grandes e pequenas potências como exemplo de ordem, paz e prosperidade. Podem milhões de homens sofrer, as prisões encherem-se a transbordar, os intelectuais verem os seus livros apreendidos, as administrações, as universidades, as Forças Armadas, as redações dos jornais serem periodicamente depuradas, que, no estrangeiro, pouco ou nada se saberá. Por detrás da cortina da «concordia feita em volta da figura do Chefe» vai iniciar-se uma obra diabólica. Salazar, esse estadista ultrapassado, esse mito laboriosamente construído, sorri, novamente, com bonomia ao mundo. A sua propaganda recomeça a trabalhar ativamente, a fachada barroca e prospera do regime ressurge, ocultando a miserável condição das massas rurais, de uma burguesia esmagada e do proletariado dos centros urbanos. É indispensável aproveitar o momento favorável, auxiliar os portugueses neste rescaldo de uma eleição falsificada, fazer-lhes sentir que não estão sós e esquecidos. Uma imensa esperança galvaniza o povo lusitano, uma esperança que não deve esmorecer.

Emigrados lusos de S. Paulo e do Rio de Janeiro fundaram já o Comité de Intelectuais e Artistas Portugueses Pró-Liberdade de Expressão que iniciou as suas actividades enviando à imprensa norte-americana e europeia um manifesto solicitando o apoio de todos os homens livres para a luta que o seu país trava contra o iniquo silêncio que lhes é imposto. Mas do Brasil esperamos mais. Chegou a hora da Pátria de Ruy Barbosa, no que ela tem de mais valioso, demonstrar que a Comunidade Lusobrasileira não é um mero «slogan» propagandístico. Para além das afirmações protocolares, das conferências, das viagens e dos banquetes oficiais Portugal e o Brasil permanecem unidos pelo sangue, pelo idioma, por defeitos e virtudes semelhantes. Não são os governos do sr. Juscelino Kubitschek e do sr. Oliveira Salazar que são irmãos: são as duas nações, o que é bem diferente. E Portugal — é preciso gritá-lo bem alto — não é o sr. Salazar, nem quer o sr. Salazar.

Pode o Brasil permanecer indiferente ao que se passa? A resposta é, por força, negativa. Não o Brasil oficial, o dos Ministérios e das repartições. O outro Brasil, o das universidades e dos campos, o das cidades que crescem para os céus e das fábricas que brotam do solo como cogumelos. O corpo vivo e autêntico da Nação.

Como português e como homem amante da liberdade é com comovida emoção que das colunas de «O Estado» — tribuna permanentemente a serviço da democracia — apelo para todos os brasileiros para quem Portugal e o seu povo representam alguma coisa. Este Brasil generoso, grande pelo espírito e pela imensidão geográfica, acaba de reagir com indignação contra os atentados cometidos na Hungria contra a dignidade da pessoa humana, não pode silenciar perante o que acontece em Portugal. É necessário que os seus intelectuais, que as suas associações de imprensa e de escritores, que a sua juventude universitária, que os seus sindicatos e associações de classe conhecedores do significado e do valor da Liberdade — essa palavra tão bela e tão caluniada — se pronunciem, que correspondam, não ao nosso apelo, mas a esse outro, mudo e pungente, de um povo entregue a uma luta tenaz e vital, o mesmo povo que lançou os alicerces do Brasil e que além Atlântico vive numa nesga de terra que é o princípio e o prolongamento desta. É necessário que os catedráticos, os políticos e os militares brasileiros a quem o Estado Novo cumula de gentilezas saibam recusar os convites e as honrarias com que os distinguem, pois trazem consigo a marca indelével de um regime de tirania que tem o culto da infalibilidade. É necessário que, no Palácio Tiradentes e no Senado, homens, que usam nomes portugueses velhos de muitos séculos e em cujas veias corre o sangue dos antigos povoadores da Lusitania, ergam as suas vozes para pedir que seja restabelecida em Portugal a liberdade de expressão de acordo com os princípios da Declaração dos Direitos do Homem e da Carta das Nações Unidas, cinicamente subscritos pelo governo que há três décadas se mantém pela força no Poder.

Portugal precisa do Brasil, espera tudo dele nesta hora entre todas dramática em que luta e sofre em silêncio. (de «O Estado» de S. Paulo)

POLÍTICA E GOVERNO

Sr. director: — A minha carta anterior terminava com um «Porque?» Porque é que existindo há mais de trinta anos em Portugal um Governo que dispõe dos mais vastos poderes de que dispôs, porventura, governo algum nesta terra, uma situação de suspensão de garantias, uma administração, em suma, que deve presumir-se eficiente porque é onipotente, permanecem hoje, agravados, os problemas nacionais básicos cuja solução estava no seu programa?

O sr. dr. Oliveira Salazar, a quem tenho de me reportar frequentemente porque é, afinal, o teórico mais categorizado do regime (facto, aliás, significativo), tem exposto a doutrina de que há incompatibilidade entre Política e Governo. A luta política distrai o governo, diz-se, da função propriamente governativa. O clima ideal para governar seria aquele em que Política não houvesse. E justamente seria propósito da actual Situação suprimir a Política para que o governo pudesse consagrar-se cem por cento à resolução dos problemas técnicos e administrativos.

Doutrina esta que em última análise se reduz à apologia da tecnocracia, isto é da direcção do Estado por técnicos apolíticos.

Descartando por agora a discussão teórica da utopia tecnocrática, consideremos se os factos correspondem à doutrina acima enunciada, ou, melhor, como é que aquela doutrina se traduziu nos factos.

Que nos dizem eles? Que o Governo, que afirmou a intenção de governar sem política, criou uma Polícia política, uma Censura política e organizou uma selecção política do funcionalismo público.

Ou, melhor, quando a Política era livre, a competência técnica dos cidadãos era aproveitada independentemente das suas convicções políticas. Agora, quando a Política foi oficialmente banida, exige-se-lhes, como condição eliminatória para o seu aproveitamento nos quadros do Estado e dependentes, a sua adesão ou pelo menos a sua mentalidade política em relação ao «regime». Ou, melhor, quando a Política era livre, todas as capacidades podiam dar a sua contribuição à resolução dos problemas nacionais, através das colunas

da Imprensa, livres de controle oficial. Agora, mediante Censura prévia à Imprensa, essa contribuição só é possível dentro de limites que o governo considere não perigosos para a sua existência.

Desta forma a Política apareceu onde outrora não existia. Está politicamente condicionado o desempenho de todas as funções desde a de vogal de uma Junta de Freguesia até à de professor universitário. E por meras razões políticas tornou-se impossível colaborar na resolução dos problemas nacionais a uma legião de pessoas qualificadas.

Chegou-se por este caminho a um resultado que é justamente o oposto do ideal de uma tecnocracia.

Acontece, por outro lado, que nunca as questões de «pessoas» tiveram tanta importância como hoje. Há postos governativos e administrativos que são ocupados há dezenas de anos pelas mesmas pessoas, promovidas à categoria de «indispensáveis». A primeira vista, é isto um terrível sintoma de pobreza humana. Visto com mais atenção, é uma condição inerente ao regime que estamos analisando. Resulta, com efeito, do exercício ilimitado do Poder e da ausência de discussão política que ele exige. Mas, sendo um efeito, torna-se por sua vez uma causa, porque, como tudo na natureza tende a perpetuar-se, essas pessoas tendem a condicionarem a resolução dos problemas à sua própria conservação nos postos que ocupam, isto é, tendem a combater tudo o que possa torná-las dispensáveis. E isto só se consegue subordinando à Política, a uma certa política, a solução dos problemas nacionais. E assim, um regime que em teoria se propunha liquidar a Política para tornar possível o Governo encontra a sua acção limitada pela necessidade de subordinar o Governo a considerações de ordem pessoal.

Em resumo, sr. director, a Política, despedida em nome do Governo, saiu por uma porta — a porta oficial — e entrou por outra, mas reformada, semi-clandestina, sem controle, omnipresente, devoradora.

Quis-se despedir a Política do Governo e instituiu-se o Governo de uma política. Queriram-se evitar os malefícios. CONTINUA NA PAGINA 7

QUANDO OS NUMEROS FALAM

POR REGINA HELENA DE PAIVA RAMOS

Acho que sou uma pessoa absolutamente insuspeita para falar sobre Portugal e sobre problemas. Isso porque toda a colônia portuguesa conhece, há muito, o meu amor e a minha dedicação por Portugal. Muitos — fora e dentro da colônia — chamam ao meu amor pela gente e pela terra lusa, «fanatismo». Se a palavra não for tomada no sentido pejorativo, aceito-a. Sou realmente fanática por Portugal. Fanática no bom sentido. Tinha um desejo ardente de ir a Portugal. Sabia que ia chorar quando chegasse, e acertei. O que não sabia era que ia chorar também ao partir. Voltei de lá querendo ainda mais bem à gente e à terra portuguesa. Nunca mais poderei esquecer os sete meses que lá passei. Nunca mais poderei esquecer Portugal, e só espero de todo o coração, poder voltar o mais breve possível.

E nunca mais poderei esquecer, também, o que vi e o que senti durante este tempo. Nunca mais poderei esquecer a ansia de liberdade desse povo. Nunca mais poderei esquecer o espetáculo da chegada do General Delgado ao Porto, milhares e milhares de pessoas nas ruas, aplaudindo freneticamente, chorando, clamando, berrando alto o nome do General. Eu era apenas uma espectadora, colocada mesmo em frente à Estação de S. Bento, numa situação ideal para ver e observar tudo. E numa situação de certo modo comoda do ponto de vista emocional, por ser estrangeira, por não sentir o que os portugueses sentiam naquele instante. Pois confesso que embora procurasse me manter neutra, também fiquei comovida. Ao meu lado, um advogado chorava. E lá em baixo, no meio da multidão, um estudante fazia esforços desesperados para atrair sua capa negra ao general. Quando o conseguiu, quando o general agitou no ar o simbólico pano negro — símbolo da juventude de com toda a sua ansia de liberdade e com todo o seu ímpeto — a multidão entendeu: foi esse o instante de maior entusiasmo, de maior euforia, de maior emoção.

Nunca mais poderei esquecer o período das eleições em Portugal, o período de inquietude iniciado nesse dia. E se algum dia tiver fatos suficientes para escrever um livro de memórias, haverá um capítulo cujo título não poderá deixar de ser este: **EU VI UM POVO ACORDAR!** Isto é apenas como preambulo. Minha intenção, neste artigo, é dar a conhecer uma estatística que fiz desde os primeiros dias da minha chegada a Portugal. Uma estatística para uso próprio e que agora, no entanto, julgo oportuno revelar.

Comecei a anotar, num papelzinho, a posição política de todas as pessoas com quem entrei em contacto. Dividi as pessoas da seguinte maneira: a favor da Situação; contra a Situação; a favor de Salazar e contra os que cercam; indecisos, monarquicos, desiludidos de tudo ou que não quiseram manifestar-se; e por último, aqueles a quem, por um motivo ou outro, não tive oportunidade de saber a opinião política.

Antes uma notificação que julgo necessária: nas minhas anotações eu colocava também a profissão da pessoa. Escusado será dizer, no entanto, que tenho que modificar, na presente divulgação, a profissão de certos indivíduos, profissionais essas que os tornariam facilmente identificáveis. Mais uma notificação: estava um pouco maior a lista dos indivíduos na categoria número 3. Depois das eleições, ou melhor, durante o período das eleições essas pessoas passaram para o grupo número 2.

E agora vamos à estatística.

Grupo número 1: A FAVOR DA SITUAÇÃO: 8 donas de casa; 1 empregada doméstica; 2 médicos; 1 estudante secundário; 3 estudantes universitários; 2 lavradores; 2 sacerdotes; 1 militar; 1 professor universitário; 1 engenheiro; 1 balconista; 1 groom de hotel; 1 professora; e 3 altos funcionários do Estado (aliás pessoas distintíssimas) sendo 1 deputado, 1 Presidente de Ca-

Grupo número 2: CONTRA A SITUAÇÃO: 21 donas de casa; 3 trabalhadores rurais; 1 electricista; 1 carrejão; 1 militar; 2 artistas de teatro; 2 artistas plásticos; 1 guarda de trânsito; 3 bancários; 3 radialistas; 8 lavradores; 1 advogada; 8 advogados; 2 médicas; 3 médicos; 2 industriais; 15 estudantes universitários; 3 estudantes secundários; 2 empregados do alto comércio; 1 arquiteto; 4 engenheiros; 6 funcionários públicos; 2 comerciantes; 1 empregado de indústria; 5 balconistas; 1 fotógrafo; 1 farmacêutico; 6 jornalistas; 3 escritores; 3 empregados de escritório; 1 vendedor de jornais; 2 garçons; 4 sacerdotes; 7 professoras; 1 professor; 1 guarda; 1 costureira; 1 prefeiteiro de obras; 1 licenciada em matemática; 1 guarda-mora e 1 Governador de Distrito. Total: 28 pessoas.

livros; 5 pescadores; 2 empregadas domésticas; 3 porteiros de hotel; 1 gerente de hotel; 6 groons de hotel; Total: 160 pessoas.

Grupo número 3, ou seja: A FAVOR DE SALAZAR E CONTRA OS QUE O CERCAM: 6 donas de casa; 1 professor de liceu; 1 industrial; 1 grande proprietário; 1 gerente de hotel; 1 médico; 2 sacerdotes; 4 estudantes universitários; 1 professor universitário. Total: 18 pessoas.

Grupo número 4, ou melhor: INDECISOS, MONARQUICOS, DESILUIDOS DE TUDO OU QUE NÃO QUISERAM MANIFESTAR-SE. Neste grupo faço questão de transcrever as opiniões: 1 médico; «Ora, nós estamos mal, sim, mas com o regime de partidos estaremos pior.

Veja o caso da França.»; 1 estudante de medicina: «Isto pior não podia estar, mas votar eu não voto. Por que? Por que não adianta. Quem quiser que perca seu tempo. Eu não perderei o meu.»; 1 advogado: «Por que não voto? Por que não acredito em mais nada.» Pergunta minha: «Mas de que lado está? A favor ou contra a Situação?» «Resposta com um encolher de ombros: «O que eu quero é saúde e clientes...» 5 estudantes de Coimbra: «Não nos interessa a luta política porque somos monarquicos. Logo não podemos votar.»; 2 porteiros de hotel: «Ora, com uns ou com outros tudo continua na mesma...» 1 censorista: «Ora, em quem a gente deve acreditar?» Total: 11 pessoas.

O grupo número 5, AQUE-

LES CUJA OPINIÃO NÃO CHEGUEI A CONHECER é composto, no seu total, por 52 pessoas. Pessoas com quem falei uma ou duas vezes e que não tiveram tempo de manifestar-se. Compõe-se de 1 empresário teatral, 2 sacerdotes, 3 indivíduos cuja profissão não conheci; 8 estudantes universitários; 6 donas de casa; 1 escritor; 1 alto funcionário do Governo (presume-se que seja a favor, mas não se manifestou); 1 oficial da marinha; 1 banqueiro; 1 empregado de indústria; 3 jornalistas; 1 grande proprietário; 1 comerciante; 1 empregado de indústria; 1 radialista; 1 empregada doméstica; 1 comerciante; 2 hoteleiros; 6 groons de hotel; 5 porteiros de hotel; 2 lavradores; 1 arquiteto; 1 escultora e 1 pequeno proprietário.

Ao todo, a estatística abrangge 269 pessoas.

O que são as Eleições do Estado Novo

CIRCULAR CONFIDENCIAL, DIRIGIDA PELOS GOVERNADORES CIVIS AOS PRESIDENTES DAS CAMARAS MUNICIPAIS, OBEDECENDO A INSTRUÇÕES RECEBIDAS DO MINISTRO DO INTERIOR — ESTE DOCUMENTO REVELA BEM CLARAMENTE A FRAUDE QUE SISTEMATICAMENTE E' COM ETIDA NAS ELEIÇÕES PORTUGUESAS

«Deve a Comissão da União Nacional desse Conselho, ter recebido recentemente, uma circular do Exmo. Presidente da Comissão Distrital daquela prestimoso organismo, no sentido de, em íntima colaboração e completo entendimento com a Câmara Municipal, pessoas dedicadas e vultos nacionalistas de valor político, escolherem os locais e procurarem desde já ir preparando as sessões de propaganda eleitoral a partir de 10 de Janeiro até 11 de Fevereiro, se há de realizar em todas as sedes de Concelhos e outros núcleos populacionais onde V. Exas. as julguem necessárias, oportunas e eficientes.

Com estas sessões de propaganda tem-se unicamente em vista chamarmos ao cumprimento do dever todos os eleitores portugueses para em estrondosa vitória que represente a consagração do Estado Novo, elegermos para a Suprema Magistratura da Nação, o Homem que continuará a garantir a marcha ascensional de Portugal pelo caminho do progresso, da honra e da paz que só o Governo do Estado Novo lhe soube proporcionar em contraposição à vida ignominiosa que Portugal suportou na época do chamado liberalismo.

Além da preparação destas sessões deverão ser já chamados, ou procurar com todo o interesse avistar os influentes eleitorais de cada localidade, comprometendo-se e pedindo-lhes para apalavrarem todos os eleitores do meio, de que se lhe dará conhecimento na presença dos cadernos eleitorais, fazendo-se, assim, um primeiro balanço que servirá de base à futura actuação, se a hostilidade ou apatia do meio a justificar.

Outro sim, deve ser desde já estabelecida a localização das assembleias eleitorais escolhendo-se estas no maior número de freguesias por forma que aqueles eleitores que nos mereçam confiança sejam dadas todas as facilidades, isto é, tenham pouco que se deslocar para votarem, contrariamente àqueles de que suspeitamos ou temos a certeza de nos serem adversos, que terão de calcular quilómetros e quilómetros para o poder fazer.

Deve recair a escolha dos Presidentes das mesas em pessoas de capacidade reconhecida, serenas mas intransigentes e decididas; iguais características devem ter os restantes elementos das mesas.

Aguarda-se que por V. Exa. nos seja remetida relação das assembleias de voto a constituir, localidades que englobam a composição de cada mesa, para, posteriormente, mas breve, nos avistarmos e transmitir-lhe as convenientes instruções.

Tudo isto é extremamente confidencial e se fará sem alarde.

Para cada assembleia de voto, devem ser também preparados alguns homens da nossa inteira confiança — legionários — dedicados nacionalistas — que julguemos capazes de, em grupo ou individualmente, intervir, em qualquer processo para acabarem repentinamente com qualquer oposição organizada ou atitude hostil que possa surgir.

Lembremos, Exmo Sr. Presidente, que temos de ganhar, por grande maioria, custe o que custar...

Para isto, a capacidade resolutive de V. Exa. já posta à prova em outras emergências, e o auxílio dos nossos devotados amigos, são garantia suficiente.

Com o Governador Civil, conta V. Exa. para tudo. Lembremo-nos que os nossos adversários receberam instruções neste sentido, los praticos que têm sido instruídos por agentes da Rússia, e que têm por lema: para alcançar o fim todos os processos são legais, pois que o que é preciso fazer ver ao mundo é que ganhamos, não se discutindo os meios empregados. O que sucedeu na Checoslováquia, na Roménia e esteve prestes na Itália são avisos que temos que considerar.

Não suponhamos que os adversários nos deixarão em paz e as eleições correrão no ambiente de confiança em que decorreram as anteriores.

Não. O momento é outro e os processos que vão usar porque a Central Comunista lhes ensinou e está preparando, são usados fora da nossa concepção. Todas as precau-

ções são, pois, necessárias, apresentando-nos em cada Concelho para o pior que possa surgir.

A palavra de ordem, será, pois:

Ganhar por maioria esmagadora, custe o que custar. Esta circular é extremamente confidencial pelo que rogo a V. Exa. o maior cuidado na sua divulgação.

Como deixo dito, aguardo com o maior interesse e urgência:

1.o) Indicação das localidades, além da sede do Concelho onde se reputa indispensável fazer sessões de propaganda e quais os dias (de preferência aos domingos) em que convirá realizá-la.

2.o) Localizações da assembleia de voto e quais as povoações que devem concorrer a cada uma.

3.o) Indicar o Presidente e substituto para cada mesa, bem como os restantes membros».

Em matéria de tração a boa-fé de um Povo dócil, forçadamente submisso ludido por uma propaganda dolosa e vencido pelo medo, nada, em qualquer parte do mundo, se terá escrito que revele maior desprezo e escárnio pelos governados. Aqui não se trata do velho e desprezível caçque, que pede o marco fontenário, que reclama do Governo a quem é afecto, melhoramentos que constituam propaganda política eleitoral.

Trata-se, sim, de correspondência entre dignas autoridades, depois de terem solenemente reunido, sob a presidência do Sr. Ministro do Interior, e com a presença do

DUAS CARTAS DE ANTÓNIO JOSÉ SARAIVA

CONTINUAÇÃO DA PAG. 6
cios da discussão política e introduziram-se os da política indiscutida. Hoje pode dizer-se que não há provimento de cargo que não seja problema político; que não há já uma linha na imprensa que não seja negócio político; que não há concessão de alvará que não tenha significado político; que não há sequer uma revista teatral que esteja livre de relações com a política.

Isto responde parcialmente ao nosso Porquê? Porque é que, repito, um Governo dispondo do enorme poder que resulta da suspensão mais ou menos extensa, duradoura ou intermitente, legalizada ou não, das garantias, não resolve ao cabo de trinta anos de exercício do Poder os problemas cruciais para cuja solução se constituiu?

Justamente porque condicionou esses problemas a certa política, declarando-a antecipadamente indiscutível.

Porque em vez de procurar a política exigida pelas soluções, abrindo o debate, procurou as soluções exigidas pela política pre-determinada. Porque na sua defesa consumiu as forças e a atenção. Porque em nome dela reduziu a uma base ínfima o recrutamento das capacidades.

Como poderia resolver os problemas nacionais um Governo para o qual qualquer solução teria em primeiro lugar que respeitar a sua própria existência? E que preliminarmente determina que eles o serão dentro do critério por ele próprio estabelecido, ou o não serão, pelas pessoas que ele próprio escolheu para as pessoas que ele próprio escolheu, ou o não serão? Para o qual, enfim, a adesão a um dogma político é o critério universal para ajuizar da idoneidade dos cidadãos e da justiça das soluções? — De V. etc. — António José Saraiva.

«S. Exa. o Ministro das Obras Públicas, para resolverem zombar e ludibriar a seu prazer do incauto vilão, ou do atarefado camponês que, na escravidão da sua vida penosa, é a primeira vítima destes trinta anos de violência, mentira, maldade e desprezo.

Decerto, ao lavrar o seu despacho, o Sr. Presidente do Conselho nem suspeitaria que tivéssemos conhecimento das circulares confidenciais que se publicam, nem ele, com efeito, e em boa verdade, as poderia ter redigido. O estilo não é o seu. Mas ao lavrar o citado despacho, afirmando a convicção ou a esperança de serem dadas instruções no sentido do respeito da lei e da facilidade no exercício dos distritos dos votantes, S. Exa. põe em causa o prestígio e a autoridade do seu férreo poder pessoal. Este parece ter sido ultrapassado pela fadiga do respeito severo que lhe devem os seus colaboradores, porventura amolecidos, indiferentes ao temor da lei, na impunidade já tradicional dos seus actos arbitrários; ultrapassado, e vencido pela cruel monotonia do tempo, que tudo envelhece, até o Poder, desvanecendo esperanças e atemorizando, contra o Futuro, aqueles que sempre agiram acobertados pelo Chefe pela sua autoridade e pelo seu prestígio, e que talvez temam ver-se forçados a assumir qualquer responsabilidade pessoal, que legalmente lhe venha a ser pedida.

A lei responsabiliza tanto o autor como o executor de fraudes. Em todo o regime de responsabilidade, as instruções da autoridade têm de ser cumpridas. O «mecanismo-legal» tem efectivamente de se impor. Deixar sem castigo actos dolosos, ainda mais quando atingem a dignidade e a honra de um Povo, é procedimento que não dignifica o Poder, antes o corrompe e avilta.

Cuidamos que a publicação destes documentos constituirá acto de imprescindível e salutar actuação política, pois reclama o respeito da lei, apela para um regime de confiança e garantias, reclama que as Eleições sejam dignas, honestas, verdadeiras — expressão insofismável da vontade nacional, das aspirações de um Povo que quer ser livre e, não das manobras ilegítimas de um caciquismo que se arvorou, pela violência e pela mentira em vontade discricionária, em poder arbitrário.

Ao denunciar as fraudes e os maneios do Governo e do seu partido, cumpre-se o dever que nos é imposto. O acto eleitoral a que vamos concorrer queremos-lo digno, liso e claro. Os métodos que denunciamos têm de ser banidos da vida portuguesa.

Talvez depois destes números, que dão as seguintes percentagens: 19,2% para o grupo número 5; 4,7% para o grupo número 4; 6,8% para o grupo número 3; 10,5% para o grupo 1; e 59% para o grupo número 2, muitos dos leitores estejam surpresos. Os que não me conhecerem poderão até chamar-me mentirosa. Tenho confiança, porém, em que a colônia portuguesa, que me conhece ou pessoalmente ou através dos meus artigos, embora surpresos, não me chamará mentirosa. Não posso esperar uma injustiça dessa gente a quem sempre amei e respeitei. Espero que acreditem em mim. E digo francamente: eu também fiquei surpresa com esses dados. A surpresa também foi minha. Maior, talvez, do que os senhores possam pensar. Imensa! Levei dois meses em Portugal para acreditar no que estava vendo. Passei cinco meses sem escrever uma linha sobre política. Por que eu não queria desiludir a colônia portuguesa, tão minha amiga, e que sempre me cumulou de gentilezas. Eu temia que quando eu começasse a dizer certas coisas perdesse a amizade de muita gente boa por aqui. Mas isso foi até certo ponto. Não podia mais ficar calada. Minha consciência de jornalista nunca mais se acalmaria. Se por causa da minha entrevista com o general Delgado, por causa dos seus artigos na «Gazeta», e dos artigos que passarei a escrever, com todo o gosto, para o PORTUGAL DEMOCRÁTICO, eu perder a amizade e a consideração de muitos dos que até hoje foram meus amigos, creiam que ficarei muito maguada. Muito aborrecida. Mas mais aborrecida ficaria, e então comigo mesma, se calasse a verdade.

Antes de terminar, ainda uma última coisa. Costumava dizer, tanto aqui como lá, que a Igreja Católica está com a Situação. E' mentira. Mentira deslavada. Os da Situação, isso sim, é que exploram o nome da Igreja. Em tudo quanto é discurso têm a ousadia de pôr Nossa Senhora de Fátima. Abusam desse nome. Abusam do nome da Igreja. Abusam desbragadamente. Numa aldeia perto de Amarante espalharam-se panfletos da União Nacional dizendo que o General Delgado tinha sido excomungado pelo Papa e que portanto os que votassem nele também seriam excomungados. Procuraram, os da União Nacional espalhar o medo entre o povo, dizendo que com a vitória do Delgado seriam queimadas igrejas e assassinações dos padres.

Uma coisa, no entanto, ficou muito clara: tive a oportunidade de verificar que a Igreja Católica está alheia a essa campanha. A prova é que encontrei padres contrários à presente Situação. Deve haver, é lógico, sacerdotes que apoiem o atual governo português. Mas eles têm liberdade — segundo a nossa opinião de gente livre — de estar do lado que bem desejarem. Então não temos aqui sacerdotes «janistas», e «ademaristas», e «jangulistas» e sei lá mais o que?

Posso lhes dizer mesmo, e é fácil acreditar que muitos dos padres portugueses devem estar do lado da Situação por medo de que realmente aconteçam as coisas espalhadas pela União Nacional. Afinal, se gente do povo é enganada, por que os padres não o seriam também? Trata-se antes de mais nada de um problema de esclarecimento.

O meu desejo é que as coisas em Portugal se resolvam da melhor maneira possível. Vi muita revolta, vi muita miséria, vi muita gente em desespero. E o meu medo é que — caso a situação não mude por meio de uns destes golpes a que estamos acostumados no Brasil, isto é, golpes internos, dentro mesmo dos quartéis, — o povo português vá sofrer muito. Tenho medo que os inocentes passem então a pagar pelos pecadores. Oxalá tudo se resolva da melhor maneira possível. É o que deseja o meu grande amor, o meu imenso carinho pela grande terra portuguesa.

DOZE JORNALISTAS E SCOLHEM A MISÉRIA

Continuamos hoje a serie de artigos sobre o «caso Diário Ilustrado» da autoria do jornalista Victor da Cunha Régio.

O primeiro sintoma de que o «Diário Ilustrado» seria mais um jornal comandado exclusivamente pela administração surgiu para o redator comum no dia em que um proeminente político, cumprira um aniversário. A última hora uma ordem seca mandava inserir a foto do referido membro do governo na primeira pagina, acompanhada por uma coluna escrita por alguém que não era do jornal. Todos perceberam então, que algo de maravilhoso se perdera: o mito da independência.

Mas a vida continuava. Em casa de alguns uma familia esperava sem qualquer outros recursos que não fossem os que provinham dos seus chefes-empregados no jornal. Havia que continuar. Sem a beleza de um ideal inspirador? Certamente. Mas de qualquer modo com a esperança de que as pressões se circunscrevissem a elogios particulares sem que no entanto a estrutura do jornal (reportagens, crônicas nacionais, aberturas sobre as cidades do Porto e Lisboa, critica de teatro ou artes plasticas, entrevistas etc. . .) fosse atingida. Puro erro. De repente tudo passou a ser «tabu» nas paginas do jornal.

O «Suplemento economico» era dirigido até então por Carlos Veiga Pereira e encontrava-se aberto a toda a colaboração idonea que visasse a critica construtiva e a análise objectiva dos problemas do país. Um dia esse redator foi chamado à administração do jornal que lhe apresentou «o seu futuro supervisor». Quem era esse sr.? Fernando Pinto Loureiro exprime-se politicamente do regime e comunista confesso (nessa altura . . .) que durante o cativeiro se convertera à religião catolica pelo poder da Senhora de Fátima e mais tarde (logo após a libertação) se tornara num dos «supporters» da economia nacional, através de um inatigável esbanjar de energias no Ministério da Presidência, e na União Nacional. Qual foi a sua obra? Delação pura e simples de Carlos Veiga Pereira como «elemento politico indesejavel», corte de todas as criticas à politica economica governamental e elogios sistematicos de personalidades politicas do regime. Era o começo do fim. Separadamente, secção por secção, homem por homem, todos foram sentindo a intolerância do ambiente e o estragular de todas as aspirações de fazer do «Diário Ilustrado» um jornal decente. Este artigo era vetado porque «A Companhia das Aguas tem accções em empresas, aquele era suspenso porque «seria conveniente mandá-lo primeiro ao governador civil», aquele outro porque «o presidente do Gremio é nosso amigo». Além da censura rigidissima dos elementos officiais existia a censura implacavel da administração. O «D. I.» principiava a caminhar na senda do «Noticias» ou do «Seculo». Na redação não se encontrava mais alegria ou despreocupação. Cada um pensava já que o melhor seria ir-se embora. Apenas a realidade que unia uns tantos (a maioria) e a atitude aparentemente passiva do chefe que todos sabiam sem um espirito esclarecido e coerente — impediram uma expansão clara de ressentimentos. Até que um dia . . .

Numa das suas crônicas habituais, Mateus Boaventura, homem moderado de tendências liberais e um dos raros que sempre rejeitara a

discussão politica e a critica sistematica ao regime, abordando problemas internacionais criticava severamente o senador norte-americano Joseph Mearthy acusando-o de responsável pela vaga de anti-americanismo que então varria o mundo civilizado. A nota era de uma justezinha inatacavel porquanto catolicos, democratas cristãos, progressistas, homens da direita e da esquerda, amantes da Europa e dos mais sãos principios sociologicos juntavam-se em todos os países para criticarem, em todos os tons, essa personalidade sinistra. Pois um jornal monarquico de Lisboa «O Debate», saltou, imediatamente, a terreiro com uma diatribe violenta contra Mateus Boaventura a quem acusava de cripto-comunista . . . e os administradores do «D. I.» consideraram a questão melindrosa e a acusação tão susceptivel de verdade que quanto o chefe da redação propôs o nome desse redator como elemento mais categorizado para ir a Hata assistir ao debate do problema de Goa, o presidente do conselho de administração, Manuel José Lucas de Sousa, recusou sequer considerar a hipótese! Foi quase o transbordar da taça. Um fenómeno de juventude leal e uma optima camaradagem faziam com que, até ali, quase todos os membros da redação, o problemas de cada qual eram sentidos por todos. Principiou então a tomar vulto a ideia de «procurar outro emprego».

Entretanto outros fatos denunciadores do espirito que animava a administração foram surgindo. Os dois redtores enviados à Volta a Portugal em bicicleta, descobriram no meio da referida prova desportiva que o motorista da carrinha em que viajavam tinha ordens de um administrador para vigiar as suas contas e as suas conversas. Um outro ainda descobriu que «muitas das conversas travadas na sala da redação» eram reproduzidas ao administradores. Os acontecimentos precipitavam-se. Estava-se em Agosto e a confusão reinava em todos os espiritos. O diretor mantinha-se à margem das discussões. O chefe da redação, também. Lentamente a «história» do sr. Manuel Lucas de Sousa foi sendo conhecido. Como também o caracter dos restantes membros da administração: Anibal David, Jaime dos Santos e Manuel da Fonseca.

O primeiro era uma figura curiosa. Formado em Economicas e Financeiras especializara-se em «testa de ferro» de grupos financeiros e «criador» de empresas capitalis-

tas. Os seus métodos de trabalho eram perfeitamente exemplificados na sua «obra de estruturação» da Lusaltel. Sabendo melhor do que quanto pode a coação da crise de desemprego sobre o trabalhador e a tremenda procura de trabalho existente em Portugal, jogou sempre com trunfos para empregar a sua tática cuja simplicidade era, e é, aterradora. Procurando atingir um rendimento X no funcionamento da empresa, o sr. Lucas de Sousa, introduziu elementos da Polícia Política, das forças legionárias ou simples contratados sem escrúpulos nas diferentes secções da mesma sem se preocupar que os restantes funcionarios localizem. Que sucede então? As criticas à administração ou a qualquer outra coisa desaparecem (quem quer ser preso?) e a produção, não atingindo de forma alguma o nível que poderia (o trabalho reage inconscientemente ou conscientemente contra a opressão do capital), mantém-se no ritmo desejando que é suficiente bem entendido, para a angariação de fartos lucros.

Cada um sente-se vigiado e é compelido a produzir sob pena de despedimento e, mais do que isso, de não voltar a encontrar trabalho em qualquer grande empresa. Sim, porque todas são conhecidas, entre si, todas se encontram interligadas por interesses e pessoas. O próprio Lucas de Sousa é presidente de cerca de quinze conselhos de administração, conselhos fiscaes e assembléias gerais. (Banco Burnay, Companhia de Seguros «A Mundial», Lusaltel, «Diário Ilustrado», «Sofnet» etc. . .) Pos conta desta ultima, teve esse sr. «a honra» de assinar o contrato de electrificação de Angola e Mocambique — escândalo maior da economia portuguesa dos ultimos tempos). O seu poder é quase ilimitado. A sua capacidade de trabalho esmagadora. Os seus processos, profundamente demagogicos. A sua terminologia, muito rude. As suas feições, permanentemente endurecidas. As suas mãos, fortes e gordas. A sua formação, fascista e mesquinha. Os seus nervos (até à data pelo menos . . .) de aço bem tratado. Os seus modos, mal educados.

Ora quem se atreve a contrariar um homem com tal poder? Quem se arrisca a comer o pão que o diabo amassou? Quem se arrisca a ser preso? Quem se arrisca a contrariar a máquina de que esse individuo é o expoente?

No mes de agosto doze jornalistas fizeram-no. (continua)

Mensagem de Portugal

(Continuação da 1.ª página)

levadas para fora do recinto, sem o cuidado de as selar; e sucedeu até que, numa das fraguesias do concelho de Viana do Castelo, em Muções, conforme o testemunho da Comissão distrital da candidatura do Senhor General Humberto Delgado, o presidente da mesa, na perfeita consciência dos propósitos de quem manda, abria as listas, ao passo que lhe eram entregues, e rasgava as que continham o nome do candidato da Oposição.

Aconteceu que em muitas secções eleitorais, eleitores que haviam sido inscritos nos respectivos cadernos, ao apresentarem-se para votar, receberam comunicação de que tinham sido eliminados. Em Lisboa e na Provincia várias secções fecharam antes da hora marcada para o encerramento e quando havia ainda muitos eleitores que esperavam pela sua vez para votar. Finalmente, em quase todo o País e obedecendo a um mot d'ordre, as mesas de apuramento eliminaram muitos milhares de listas com nome do General Humberto Delgado, sob o pretexto ridiculo e revoltante, de que eram diferentes na cor do papel e, na grande maioria dos casos, porque tinham menos um ou dois milímetros de comprimento! No Porto, o estratagem, alargado a várias secções de voto, representou um rude golpe na votação devida ao Senhor General Humberto Delgado; e pode afirmar-se que, na totalidade do País, a eliminação de listas, que lhe eram favoráveis, deve somar muitos milhares. Estes fatos constam, aliás, da própria imprensa local, como, por exemplo, o «Comércio de Gaia do dia 9 e a Gazeta de Cantanhede de 14 do mes corrente.

Nestas condições, é impossível saber-se com exatidão o que teria sido o apuramento eleitoral, se realizado com decoro. Pode, sim, afirmar-se, em face dos próprios resultados officiais, embora tão grosseiramente falseados, que numas eleições autenticamente livres, com cadernos eleitorais honestos, estabelecido aquele prazo suficiente que em todos os países civilizados se atribui à propaganda eleitoral, com a distribuição a tempo de listas, a fiscalização das urnas e do apuramento e, mais do que tudo, com a plena liberdade de expressão e as devidas garantias individuais, a Oposição teria vencido e estaria hoje eleito para a Presidencia da Republica o Sr. General Humberto Delgado.

Mesmo que estivessemos em face dum candidato uni-

co, seria de aceitar sem protesto o apuramento official das eleições. Mas, no caso presente, nem o próprio sr. Almirante Américo Tomás pode, de consciência tranquila, assumir a mais alta magistratura do País.

Senhor Presidente, a grande realidade politica, expressa em toda a sua crueza, é esta: o povo português tem o sentimento de que no solene momento em que ia, enfim, decidir sobre a politica do País foi amordaçado e roubado. As consciências estão sublevadas. Existe uma guerra civil dos espiritos, que não desarmará enquanto não cessar a causa que a deflagrou.

E' mais que tempo de realizar as promessas, até hoje sem cumprimento, de Sua Excelência o Presidente do Conselho, quando a 7 de Outubro de 1945, após o triunfo dos Aliados na segunda grande guerra, anunciava aos Portugueses: «Espero, finalmente, que haja a liberdade de imprensa suficiente para que possam ser apreciados sem restricção os atos do Governo e seja possível a propagação das ideias politicas e dos candidatos apresentados ao sufrágio.» Estamos totalmente de acordo com Sua Excelência, quando, no mesmo discurso, proclamou: «Não há, porém, duvida de que está feita uma opinião publica internacional acerca destas manifestações da vontade popular por via eleitoral, e nós só podemos tirar vantagem de que esta se manifeste uma vez mais no presente momento. E, porque somos de opinião que não se pode governar contra a vontade persistente dum povo, este dirá se deve mudar-se de sistema.»

Quanto à opinião publica internacional, faz-se o pronunciamento quase unanime contra o governo português, na imprensa inglesa, francesa, americana e brasileira.

Orgãos tão importantes como: na Inglaterra, o «Times», o «Manchester Guardian», o «New Chronicle», o «Daily Herald», o «Observer», o «New Statesman», o «Economist», ou o «Reynold's News», na França, como o «Figaro», o «Monde», «Paris Presse», «L'Express» ou «France Observateur»; nos Estados Unidos, como «New York Times» e a revista «Times»; finalmente no Brasil, como o «Estado de São Paulo», o «Diário de S. Paulo», o «Diário de Noticias» e o «Correio da Manhã», do Rio de Janeiro, são unanimes em classificar o regime português de ditadura fascista e as eleições de burla monstruosa. Deste coro de imprensa há que exceptuar apenas os raros orgãos de

tendências fascistas ou aqueles onde se teve de passar pela caixa antes de chegar às colunas do jornal.

Mas, enquanto os jornais portugueses são forçados a publicar estes escassos louvores, calam-se aquelas criticas, pois os próprios periódicos estrangeiros que as inserem são apreendidos e sonegados.

Hoje o descrédito do governo no estrangeiro é geral, observando-se que certos grandes jornais conservadores e moderados, como o «Times», o «Figaro» e o «New York Times», que até aqui se calavam ou louvavam discretamente o regime português, denunciavam a sua estrutura e processos totalitários, vergonhosamente demonstrados na ultima farsa eleitoral.

Se a opinião internacional está feita e condena irremissivelmente a actual situação, a opinião portuguesa, essa, ofendida nos seus direitos, está em ferida e sangra. Sangra e exige pronto remedio. Sim! «Não se pode governar contra a vontade persistente dum povo». Quando, depois de 32 anos de governo de tão apregoados beneficios, o povo se manifesta, como o fez durante o periodo eleitoral, aclamando em toda a parte com delirio o candidato da Oposição, a persistente vontade do povo está mais que demonstrada.

Nem o governo já governa. Amordaçar as consciências, encher as prisões de adversários politicos, semear a revolta nos espiritos, prender por as metralhadoras e os canhões ao serviço dum arbitrio desenfreado, não é governo; é uso ilegítimo e tirânico do poder.

O actual governo está moralmente destituído. A sua permanência é a grande causa do descontentamento geral do País. Do fundo dos cárceres ou dos lares, das repartições, dos campos ou das officinas, o mesmo clamor se levanta. O povo português pede liberdade e justiça. Exige eleições livres. E, antes de mais nada, o cumprimento do artigo oitavo da Constituição, que lhe assegure os direitos fundamentais que são hoje a base das nações livres. Ele quer trabalhar, em paz e concórdia, mas com dignidade e

A Bem da Nação,

Lisboa, 24 de Junho de 1958

Entre os signatários figuram algumas individualidades muito conhecidas no Brasil, tais como:

Dr. Antonio Luis Gomes (unico sobrevivente do Governo Provisório da Republica Portuguesa e seu primeiro representante official no Brasil, como ministro plenipotenciário).

Dr. Barbosa de Magalhães (professor satedrático da Faculdade de Direito de Lisboa, que, como Ministro dos Negócios Estrangeiros, acompanhou o Presidente da Republica Dr. Antonio José de Almeida na sua viagem ao Brasil).

Dr. João de Barros (escritor e antigo ministro dos Negócios Estrangeiros).

Dr. Jaime Cortesão (professor e cidadão benemérito da cidade de São Paulo).

Escritor Antonio Sérgio (antigo ministro da Instrução).

Escritor Ferreira de Castro.

Dr. Mario de Azevedo Gomes (professor catedrático do Instituto Superior de Agronomia e antigo ministro da Agricultura).

Dr. Francisco Pulido Valente (médico e professor catedrático da Faculdade de Medicina de Lisboa).

Dr. Vieira de Almeida (professor catedrático da Faculdade de Letras de Lisboa).

Dr. Alberto de Moura Pinto (advogado e antigo ministro da Justiça).

Dr. Eduardo dos Santos Silva (médico e antigo ministro da Instrução).

Vice-Almirante Mendes Cabeçadas (do comité da Revolução de 5 de Outubro de 1910 e antigo presidente do Ministério).

Coronel Hélder Ribeiro (antigo ministro da Guerra e da Instrução).

Escultor João da Silva.

Dr. Fernando Namora (escritor e médico).

D. Alzira Abreu Costa (viuva do grande estadista Dr. Afonso Costa).

As Agencias Noticiosas Falam de Portugal...

O movimento libertador iniciado em Maio ultimo pelos candidatos opositoristas dr. Arlindo Vicente e general Humberto Delgado, apesar da «vitória» do almirante Américo Tomás, continua. Presos os que nos raros comícios autorizados pela PIDE, erguiam a sua voz contra Salazar e a favor da Democracia, que o mesmo é dizer pelo Povo Português, apenas nos chegam a este país de Liberdade as noticias das agências.

Sucessivamente, resumimos alguns dos mais expressivos telegramas publicados nas ultimas semanas nos jornais brasileiros.

LIBERDADE DE IMPRENSA
Em telegrama datado de 18 de Junho, a «UPI» anunciava que «O Século» pedia, em fundo, a liberdade para a Imprensa Portuguesa, salientando que os 25% de sufrágios obtidos pelo general Delgado nas ultimas eleições tinham provocado muitas divergências pelo que «a unidade dos portugueses nunca se tornou mais necessária. A lição não deve ser perdida».

Em 21, a «AFP» abria o seu telegrama de Lisboa com as seguintes palavras: «Após as recentes publicações no «Diário de Lisboa» e no «Século», jornais da capital portuguesa de grande circulação, sobre a

necessidade de uma volta à liberdade de imprensa, um jornal de provincia, «Diário de Coimbra», acrescenta hoje sua voz a esse movimento para reclamar, por seu lado, «uma reforma do estatuto dos jornais». Sem se referir especificamente aos rumores que se scegularam aos artigos daqueles jornais em várias cidades do país e, em especial, no Porto, dando como resultado uma baixa sensível na venda dos jornais, o periódico da cidade universitária afirma que «o publico começa a manifestar um desinteresse visível por todos os jornais».

«O publico está cansado — acrescentava o «Diário de Coimbra» — das palavras de ordem constantemente repetidas, até atingir as raias da monotonia» e abandona os jornais que «não vêm mais ao encontro de suas curiosidades espirituais. Portugal é suficientemente grande para comportar as diferentes correntes de opiniões que os portugueses professam».

PRISÕES
Do Porto, a «AFP» telegrafou em 24 de Junho anunciando a prisão de Antonio de Macedo, Carlos Cal Brandão, Artur Santos Silva, José Neves, Adão e Silva, Vasco da Gama Fernandes e Antonio Cortesão, filho do ilustre historiador Jaime Cortesão.

Anteriormente, fora preso o professor Vieira de Almeida, conhecido intelectual que sempre perflhou a causa da monarquia.

GREVES
A mesma agência informava em 23: «Cerca de 2.000 operários entraram hoje em greve numa das maiores fábricas de algodão de Portugal e numa usina eléctrica. O movimento tende a estender-se a outras fábricas de tecidos. Sabe-se que há vários dias os pescadores da vila de Matozinhos estão em greve. Informa-se que uma das pessoas gradas da vila teria sido detida».

Passados dois dias, a «AFP» anunciava: «Um morto e dois feridos constituem o saldo dos choques que opuseram, em Montemor-o-Novo, nas proximidades de Évora, no sul do país, às forças da guarda republicana e camponeses. Esses trabalhadores haviam organizado uma manifestação para protestarem contra seus baixos salários, sendo atalhados pelas forças da ordem, que fizeram uso de suas armas».

No dia 30, escrevia a «AFP»: «Segundo informa o Diário Popular certa agitação e greves foram assinaladas no centro industrial de Olhão onde cerca de vinte fabricas empregam mais de 6.000 operários. Acrescenta que a policia procura um agl-

tador estrangeiro e que a Guarda Republicana patrulha as ruas daquela vila».

Entrou-se no mes de Junho e novamente a «AFP» informa no dia 1: «Foram assinaladas em Beja movimentos grevistas especialmente no comercio e na industria. Alguns estabelecimentos fecharam as suas portas. Também nos setores da construção naval da outra margem do Tejo se registaram abandonos do trabalho como manifestação de protesto».

E no dia 7 a mesma agência acrescentava: «O movimento grevista entre os trabalhadores agricolas da região de Beja continua, pelo que as autoridades ordenaram a suspensão dos trabalhos agricolas e das industrias locais até nova ordem. Após essa medida milhares de trabalhadores foram lançados no desemprego».

Não conseguindo transmitir de forma alguma, o drama infernal que o país atravessa e tem atravessado ao longo dos ultimos trinta anos estes telegramas permitem, no entanto, ao leitor esclarecido mais uma afirmação do caracter odioso da ditadura salazarista e aquele que por circunstancias varias se mantém afastado do fenomeno politico português um despertar de consciência. De norte a sul Portugal sofre. O Alentejo arde. Poder-nos-emos manter indiferentes?

LEGIÃO: S. A. de Hitler

Os últimos exercicios da Legião, em Portugal, têm sido caracterizados por treinamento especial contra «populações grevistas». Métodos de tortura e de repressão são problemas em estudo.